

Impostos recolhidos sobre as operações do cais santista e serviços relacionados geraram mais de R\$ 309 milhões para Santos e Guarujá em 2014

“A produtividade do Porto aumentou. De uns tempos para cá, as empresas portuárias também demitiram muita gente, mas o movimento cresceu com a modernização e o uso de novas tecnologias”
José Pascoal Vaz, economista e professor da Universidade Católica de Santos

61 por cento da receita obtida com o ISS em Santos vieram dos trabalhos portuários, no ano passado

portomar@atribuna.com.br

Porto & Mar

Porto de Santos, uma fonte de receita estratégica na região

Em pelo menos duas cidades, atividades do complexo marítimo representam a principal origem do ISS recolhido

FERNANDA BALBINO
DA REDAÇÃO

A economia da Baixada Santista tem passado por mudanças, como a retração da construção civil e da cadeia de petróleo e gás e, agora, o anúncio de que a Usiminas encerrará a produção de aço em Cubatão. Neste cenário, um fator permanece constante – o Porto de Santos se mantém como uma das principais atividades econômicas da região. Em alguns casos, é líder com folga, se a análise se concentrar em cidades específicas.

Considerando apenas Santos e Guarujá, mais de R\$ 309 milhões foram arrecadados com a atividade portuária no ano passado. Para este exercício, apesar da crise, a expectativa é ainda maior.

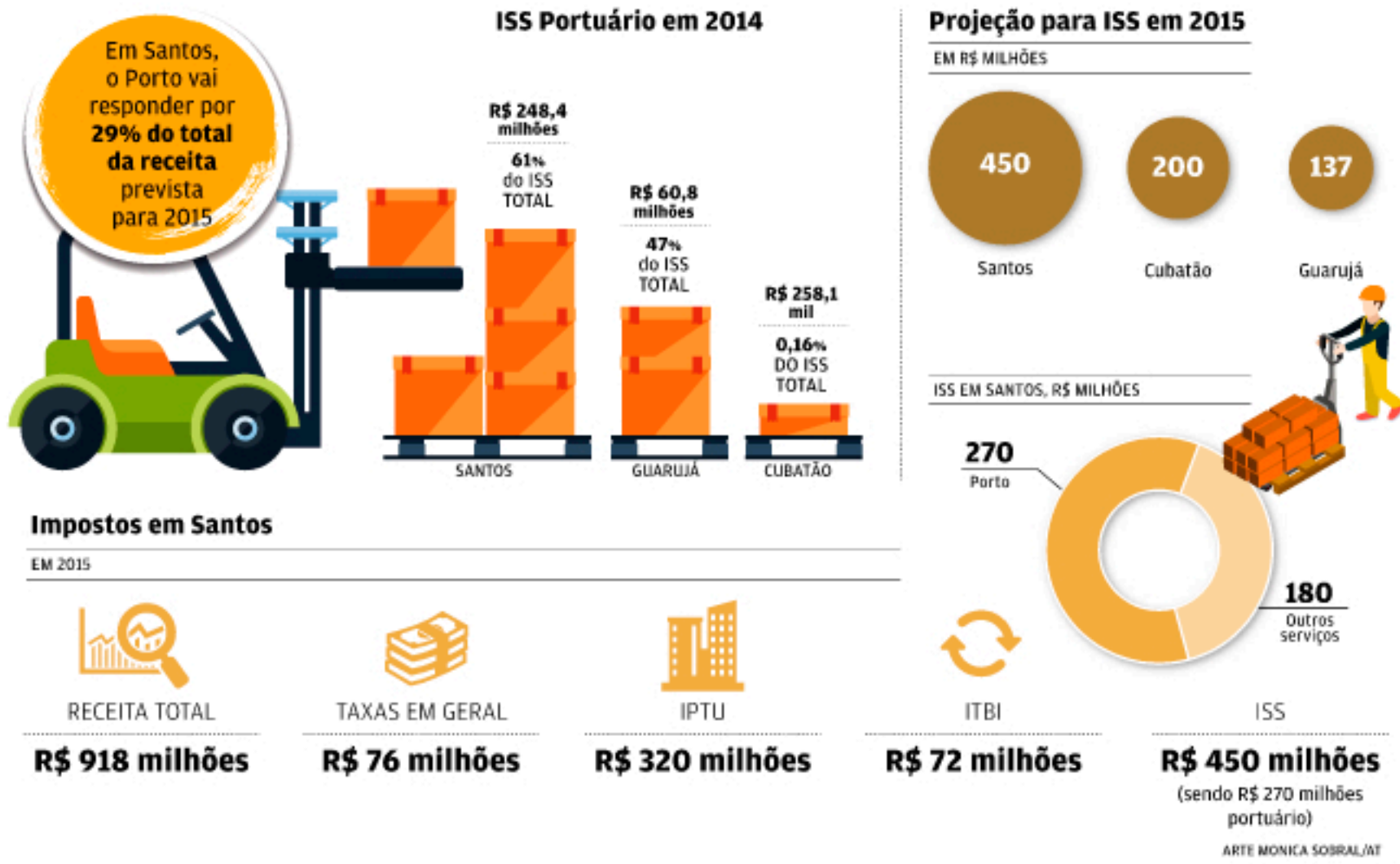
Em Santos, onde o complexo marítimo surgiu, a Prefeitura arrecadou R\$ 406,7 milhões com o pagamento do Imposto Sobre Serviços (ISS) no ano passado. Deste total, R\$ 248,4 milhões, o equivalente a 61%, tiveram como origem as operações portuárias e os serviços ligados a ela desenvolvidos na Cidade. A receita gerada com o transporte rodoviário de cargas também é levado em conta neste levantamento.

Para este ano, a expectativa é de que o Porto de Santos responda por 29% de toda a arrecadação tributária santista. De acordo com as estimativas da Prefeitura, R\$ 918 milhões deverão ser gerados com o pagamento de impostos no município. A maior fonte de arrecadação municipal é o ISS, que deve somar R\$ 450 milhões.

Deste total, ao menos R\$ 270 milhões vão vir das atividades portuárias da Cidade. A arrecadação do ISS portuário só não é maior do que a cifra obtida com todo o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), tradicionalmente a principal fonte de receita em boa parte das prefeituras. O IPTU, inclusive, é um dos grandes conflitos na relação Porto-Cidade em Santos. Uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) aponta que empresas instaladas em áreas concedidas pela União, como terminais portuários, não precisam pagar o IPTU.

A Prefeitura cobrou, na Justiça, a quitação do imposto de áreas da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), a estatal que administra o Porto de Santos, arrendadas à iniciativa privada, sob a alegação de que terceiros exploram os bens. Não obteve sucesso. Saiu vito-

A presença portuária nas arrecadações tributárias



riosa a Autoridade Portuária, que é contra o pagamento, tendo como principal argumento o princípio de isenção de tributação em imóveis públicos.

GUARUJÁ

O complexo portuário santista conta com 65 berços de atracação. Destes, 10 estão em Guarujá – entre eles, os quatro do Terminal de Contêineres (Tecon), instalação administrada pela Santos Brasil e que responde por 33,9% de toda a movimentação de caixas metálicas da região.

Isso leva o município a ter, na atividade portuária, uma importante fonte de receita. Para este ano, a expectativa da Prefeitura de Guarujá é arrecadar R\$ 137,6 milhões com o ISS. Das operações portuárias, vão vir 47% dessa cifra.

No ano passado, do total de R\$ 129,5 milhões arrecadados sobre os serviços realizados no município, R\$ 60,8 milhões tiveram relação com a atividade portuária. Mas, mesmo com essa participação, vereadores de Guarujá acusam a perda de cerca de R\$ 30 milhões por ano nesse faturamento.

Para reverter esse quadro,

os legisladores pediram que a Codesp registre um segundo CNPJ tendo como sede a cidade, de modo que as atividades da empresa realizadas nela sejam registradas com esse novo cadastro.

Segundo os políticos, a administração municipal não consegue ter uma leitura clara dos impostos que devem ir para a cidade. Na prática, Guarujá tem o ônus de abrigar parte do Porto, sofrendo os consequentes problemas de trânsito e ambientais, mas não consegue usufruir plenamente do bônus.

Além de pedir à Codesp a criação de seu segundo CNPJ e, assim, oficializar o Porto de Guarujá, a Câmara requereu cópias das guias de recolhimento do ISS referentes à dragagem e a outros serviços de engenharia realizados nos últimos cinco anos. Também há um pedido de inclusão do município no programa Porto Sem Papel (sistema de liberação de cargas e atracação de navios do Governo Federal), para que a Prefeitura possa acompanhar as operações em que há tributação do imposto.

Segundo a Codesp, todas as atividades realizadas na cidade

Impostos e empregos

“O Porto vem tendo um bom desempenho (operacional) e é uma fonte que parece não correr muitos riscos”

José Pascoal Vaz, economista e professor da Universidade Católica de Santos

têm seus impostos repassados à Prefeitura. No caso da dragagem, o raciocínio é um pouco diferente. Boa parte do serviço ocorre no Canal do Estuário, que divide Santos e Guarujá. Os tributos que incidem sobre essa parte dos trabalhos são repartidos entre os dois municípios.

CUBATÃO

Em Cubatão, a arrecadação do ISS decorrente da atividade portuária, em 2014, foi de R\$ 258.172,55. Neste caso, a participação do setor portuário

“Esses postos de trabalho (no Porto) são preenchidos por moradores da Cidade e de outros municípios da região”

Jorge Manuel Ferreira, economista e professor da Universidade Santa Cecília

é discreta, de apenas 0,16% do total de serviços realizados no município, que somou R\$ 159,9 milhões.

Para este ano, a expectativa é de que o total obtido com ISS no município alcance a marca de R\$ 200 milhões. Segundo a Prefeitura de Cubatão, apenas a Usiminas mantém um terminal portuário e recolhe impostos na cidade. A instalação fica na região do Canal de Piaçaguera, um braço do Canal do Estuário localizado em frente à Alemoa.



Terminal de Contêineres (Tecon), na Margem Esquerda: impostos municipais cobrados sobre custos da dragagem são divididos entre Santos e Guarujá

Complexo marítimo garante recursos

Em um momento de crise econômica, em que o desemprego vem aumentando em todo o País e a falta de recursos públicos dificulta investimentos em diversos setores, a arrecadação de impostos decorrentes da atividade portuária torna-se uma fonte importante de receita para os municípios, segundo economistas. E esta importância passa a ser ainda maior em um cenário de redução de ritmo do mercado imobiliário, de frustração com relação às atividades de apoio ao pré-sal e diante do prometido fechamento de três áreas da Usiminas, em Cubatão.

“O Porto vem tendo um bom desempenho e é uma fonte que parece não correr muitos riscos. No caso de Santos, a garantia desses recursos é algo muito positivo”, destacou o economista José Pascoal Vaz, professor da Universidade Católica de Santos (Unisantos).

Segundo o docente, o fato de o Porto responder por 60% da arrecadação do Imposto sobre Serviços (ISS) no município é “extremamente significativo”. Esse percentual é mais de 10% das receitas projetadas. “A produtividade do Porto aumentou. De uns tempos para cá, as empresas portuárias também demitiram muita gente, mas o movimento cresceu com a modernização e o uso de novas tecnologias. O aumento da produtividade é algo bom para o País, apesar de não ser bom para o emprego”, destacou o economista.

De acordo com o economista Jorge Manuel de Souza Ferreira, professor da Universidade Santa Cecília (Unisantos), Santos gera cerca de 200 mil empregos. A parcela que cabe ao setor portuário é de cerca de 4%, mas se forem contabilizadas as vagas relacionadas a atividades correlatas, como logística e transporte de cargas, o percentual salta para 20%.

“Esses postos de trabalho são preenchidos por moradores da Cidade e de outros municípios da região, até porque Santos tem uma estrutura de serviços muito maior do que os outros”, destacou.

Ferreira reconhece o papel do Porto na arrecadação do ISS e na geração de empregos, mas destaca que a importância do complexo marítimo seria maior se fossem cobrados dos terminais os valores referentes ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). “Essa é uma briga antiga. Eu, particularmente, acho estranho que o STF (Supremo Tribunal Federal) tenha determinado que os terminais não precisam pagar pelo imposto. Na minha visão, isto acaba privilegiando as empresas que ali atuam”, afirmou o professor da Unisantos.

Para Vaz, a situação econômica do País requer uma “profecia positiva”. Ele diz que é preciso pensar em soluções para melhorar a situação financeira e não apenas lamentar as dificuldades econômicas. “Quando só se fala em crise, o trabalhador para de consumir, o empresário para de investir e se fabrica uma crise ainda maior do que ela realmente é”, explica.

Já Ferreira acredita em uma piora da economia no próximo ano. “A expectativa não é boa. Com essas demissões, há uma redução na capacidade do consumo e acabamos caindo em um círculo vicioso, em que ninguém investe. É preciso buscar o círculo virtuoso, em que se admite mais, trabalha mais, gera mais receita”, afirmou.

Com o recente anúncio de paralisação dos dois fornos da Usiminas, em Cubatão, e do prometido fim da produção de aço na unidade, Vaz acredita que será necessária uma mobilização das autoridades para minimizar os impactos da redução de postos de trabalho.

Já Ferreira acredita em uma piora da economia no próximo ano. “A expectativa não é boa. Com essas demissões, há uma redução na capacidade do consumo e acabamos caindo em um círculo vicioso, em que ninguém investe. É preciso buscar o círculo virtuoso, em que se admite mais, trabalha mais, gera mais receita”, afirmou.

PROFECIA POSITIVA

Para Vaz, a situação econômica do País requer uma “profecia positiva”. Ele diz que é preciso

pensar em soluções para melhorar a situação financeira e não apenas lamentar as dificuldades econômicas. “Quando só se fala em crise, o trabalhador para de consumir, o empresário para de investir e se fabrica uma crise ainda maior do que ela realmente é”, explica.

Com o recente anúncio de paralisação dos dois fornos da Usiminas, em Cubatão, e do prometido fim da produção de aço na unidade, Vaz acredita que será necessária uma mobilização das autoridades para minimizar os impactos da redução de postos de trabalho.

Já Ferreira acredita em uma piora da economia no próximo ano. “A expectativa não é boa. Com essas demissões, há uma redução na capacidade do consumo e acabamos caindo em um círculo vicioso, em que ninguém investe. É preciso buscar o círculo virtuoso, em que se admite mais, trabalha mais, gera mais receita”, afirmou.

Entrevista

Celso Grisi, economista e professor universitário

“A importância e a relevância (do Porto) são imensas para os municípios”

O Porto de Santos é uma das principais fontes de receita para os municípios que o abrigam. No entanto, também causa transtornos que, segundo o economista Celso Grisi, precisam ser equacionados. Professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP), ele também defende a criação de um CNPJ do complexo em Guarujá e ainda a automatização das operações portuárias. Confira trechos da entrevista a seguir.

Em Santos, 61% da arrecadação do ISS têm como origem o setor portuário. Em Guarujá, o Porto responde por 47% dos serviços. Como o senhor avalia esses números e o tratamento que os municípios dão a esses recursos?

O Porto de Santos ganhou uma importância muito grande para a vida de Santos e desses municípios que acabam sendo atingidos por eles, também na Margem Esquerda (Guarujá), enfim. Ele tem uma expressão enorme do ponto de vista financeiro. Ele dá empregos e os empregos têm uma renda média interessante. De modo geral, os reajustes dos portuários ultrapassam a inflação, é uma categoria muito organizada, que pleiteia direitos muito fortes e que se aproveita também da legislação trabalhista arcaica. A importância e a relevância são imensas para o município. Agora, não quer dizer que tenha só aspectos positivos, há os negativos também.

Quais são eles?

Ele (o Porto de Santos) causa problemas ambientais grandes, problemas de locomoção grandes na Cidade. Ele traz um conjunto grande de, vamos dizer assim, doenças que são próprias de uma cidade portuária que acabam invadindo a região, como no período da Aids. Traz também uma certa prostituição e uma certa criminalidade. Mas, recentemente, houve um conjunto de investimentos em terminais marítimos privados e isso acabou organizando mais a atividade portuária, acabou dando à atividade maior produtividade e também pondo uma certa ordem nesse regime de trabalho caótico que o Porto de Santos estabeleceu. Para se ter uma ideia, o Porto de Roterdã, na Holanda, que é algumas vezes maior que Santos, está inteira-



“(O cais santista) tem uma expressão enorme do ponto de vista financeiro”

mente automatizado. Nós temos hoje um número brutal de funcionários e que já foi maior no passado. É um porto com um problema permanente de assoreamento do seu leito, impedindo, às vezes, navios de maior calado entrarem no Porto, e tem falta de berços de atracação.

Como o senhor avalia o pedido da Câmara de Guarujá para que a Codesp crie um CNPJ no município? Isso renderia mais impostos para a cidade?

Eu avalio como uma questão de justiça. Você deve tributar a empresa na localidade onde ela mantém o serviço. Senão, só gera custos para o Guarujá. Para não ter uma paisagem deteriorada, para não ter sua vida social deteriorada, ela precisa de investimentos e de recolhimento. Se o camarada está na Margem Esquerda e está localizado lá, tem que ter como elemento determinante da tributação a localidade, a origem onde a atividade é exercida. Eu vejo com extrema simpatia isso e posso imaginar que Santos não goste muito da ideia, porque isso é uma evasão de receita para eles. Mas nós temos que entender que o sistema tributário brasileiro impôs uma condição e, mais do que o sistema tributário, como é que

ficam os municípios que são doadores de mão de obra? Viram municípios dormitórios, repositórios da miséria humana que aquele Porto criou. Precisamos indenizar este passivo social que o Porto de Santos está criando para o município de Guarujá.

Na sua visão, qual seria a solução para esses problemas do Porto de Santos?

Eu vejo, em primeiro lugar, uma solução para essa região da Baixada Santista, que seria desafogar o Porto de Santos, criando um porto ao norte do Estado de São Paulo. Em segundo lugar, acho que nós vamos ter que conviver com um investimento em tecnologia muito forte e com uma modernização do porto, de tal maneira que ele vai depender menos de mão de obra, vão ganhar maior produtividade, baixando o custo portuário para as exportações e importações brasileiras. E como consequência, (haverá) a liberação da mão de obra, obrigando os municípios da região a buscarem soluções em termos de investimento para conseguirem fazer uma readequação desses homens que deixariam o Porto.